



**UNIVERSIDADE DA INTEGRAÇÃO INTERNACIONAL DA LUSOFONIA
AFRO-BRASILEIRA (UNILAB)**

PRÓ-REITORIA DE GRADUAÇÃO (PROGRAD)

INSTITUTO DE HUMANIDADES (IH)

BACHARELADO EM HUMANIDADES (BHU)

ADILSON VIANA MAJOR

**PROCESSO DE TRANSIÇÃO E ADAPTAÇÃO ACADÊMICA DOS
ESTUDANTES ANGOLANOS NO AMBIENTE DE ENSINO BRASILEIRO NA
UNIVERSIDADE DA INTEGRAÇÃO INTERNACIONAL DA LUSOFONIA
AFRO-BRASILEIRA (UNILAB).**

REDENÇÃO - CE

2018

ADILSON VIANA MAJOR

**PROCESSO DE TRANSIÇÃO E ADAPTAÇÃO ACADÊMICA DOS
ESTUDANTES ANGOLANOS NO AMBIENTE DE ENSINO BRASILEIRO NA
UNIVERSIDADE DA INTEGRAÇÃO INTERNACIONAL DA LUSOFONIA
AFRO-BRASILEIRA (UNILAB).**

Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) apresentado ao curso de Bacharelado em Humanidades (BHU), vinculado ao Instituto de Humanidades (IH), da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB), como requisito final para a obtenção do título de Bacharel em Humanidades.

Orientadora: Prof^ª. Dr^ª. Daniele Ellery Mourão.

REDENÇÃO – CE

2018

RESUMO

Este trabalho tem como objetivo compreender o processo de transição geográfica, social e cultural e adaptação acadêmica dos estudantes angolanos no ambiente de ensino Brasileiro, na Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB). Busca-se refletir diante desse processo sobre os enfrentamentos dos estudantes angolanos no novo contexto social e cultural de destino e as vantagens e dificuldades de estudar no Brasil. Para tal, pretende-se construir a pesquisa a partir do método descritivo da pesquisa de campo, com uma abordagem qualitativa, trazendo meu olhar enquanto estudante angolano da UNILAB e pesquisador; isto é, com uma atuação subjetiva dentro da pesquisa, com o intuito de compreender as dinâmicas construídas pelos estudantes angolanos dentro de seu país de origem, observando suas trajetórias antes de saírem, o processo de mobilidade, o cotidiano na universidade e as expectativas de retorno ao país.

Palavras-chave: Ensino Superior; Adaptação cultural e acadêmica; Unilab.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	1
2. OBJETIVOS.....	2
3. JUSTIFICATIVA.....	3
4. REVISÃO BIBLIOGRÁFICA.....	17
5. METODOLOGIA.....	22
6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	26
7. CRONOGRAMA.....	30

1. INTRODUÇÃO

A formação continua sendo um direito que habilita as pessoas. Pois “quem passa por um processo educativo adequado e de qualidade, pode exigir e exercer melhor todos os seus outros direitos”. A formação superior dá acesso e contribui para que muitos possam ter uma “inclusão profissional” e outros acessos que se destinam a melhoria nas condições de vida de todos (ROSA, 2015, p.13).

Em função dos diversos problemas na educação em Angola, concretamente no ensino superior, muitos jovens buscam por possibilidades de estudo no exterior. Embora muitos deles se atenham em ir para países europeus, o Brasil também ganhou um espaço de importância no cenário dos intercâmbios estudantis, e como destacou Mourão (2014, p. 73), o Brasil hoje se conceitua como um grande “polo de formação de quadros qualificados” para o continente africano.

É possível se constatar a presença de muitos estudantes angolanos nas universidades brasileiras que vêm para fazer graduação e pós-graduação. Alguns estão por conta própria e estudam em universidades privadas, outros chegam através de convênios com empresas multinacionais, com apoio de alguma instituição religiosa e/ou com bolsas do governo de seu país, nesse último caso, normalmente estudando em universidades públicas. Como observou Gusmão (2011) sobre os estudantes africanos dos PALOP (Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa) no Brasil: “Alguns contam com bolsas de estudo do governo brasileiro, outros com bolsas de seus próprios governos e, por vezes, contam com o apoio financeiro da família” (GUSMÃO, 2011, p. 196), sendo a vinda motivada por vários fatores como o contexto histórico partilhado, a viabilidade dos convênios, ligada a “gratuidade das universidades, a proximidade geográfica, o mesmo idioma e o baixo custo de vida em algumas capitais do país” (MOURÃO, 2014, p. 73-74).

O presente trabalho tem como finalidade analisar o processo de transição geográfica, social e cultural e de adaptação académica de estudantes angolanos no sistema de ensino superior Brasileiro na Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB)¹. Para tanto, pretende refletir acerca de questões ligadas às dificuldades do ensino em Angola, os enfrentamentos no período de

¹ A UNILAB é uma instituição pública federal sediada na cidade de Redenção, localizada na região do Maciço de Baturité, no Estado do Ceará. Cidade escolhida por ser um marco histórico no processo de abolição da escravidão no Brasil em 1883, e encontra-se a 72km de Fortaleza.

deslocamento durante a experiência de viver na região do Maciço de Baturité, sobretudo em Redenção e Acarape, onde estão situados três dos quatro campi da Unilab, e as vantagens e dificuldades de estudar no Brasil, observando o contexto social e acadêmico anterior, em que se situavam os estudantes angolanos no país de origem, e na situação atual, no país de destino.

Será dada especial atenção tanto ao que se antecede à mobilidade dos mesmos, antes da saída do país, como às questões relacionadas à permanência e ao retorno. Isto é, observar as motivações que levam os estudantes a vir para o Brasil, como o difícil acesso à educação de qualidade em Angola, as dificuldades enfrentadas durante a permanência no país de destino (estranhamentos, adaptação ao ensino, conflitos entre referenciais culturais distintos), e as expectativas de retorno ao país de origem. Nesse último caso, destaco como importante analisar quais as oportunidades existentes dentro do país, no que tange à educação e ao capital social dos estudantes que facilite não só a vinda (saída para estudo), mas também o retorno a Angola, com a inserção no mercado de trabalho.

2. OBJETIVOS

Objetivo geral

O objetivo geral do projeto é compreender o processo de transição geográfica, social e cultural e adaptação acadêmica dos estudantes angolanos no ambiente de ensino Brasileiro, na Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB).

Por sua vez quero entender o que os estudantes angolanos da Unilab pensam sobre o ensino em Angola, se as dificuldades e debilidades apresentadas por essas universidades podem ter motivado esses estudantes a vir estudar no Brasil, e como é o processo de adaptação deles no novo ambiente acadêmico de ensino e contexto sociocultural, observando o novo olhar sobre a academia, e até que ponto um espaço diferente pode determinar o posicionamento de um sujeito. Isto é, como criam-se novas visões de mundo em função da nova realidade acadêmica, social e cultural, podendo também influenciar nas expectativas de retorno ao país de origem.

Objetivos específicos

- a) Descrever o contexto social e acadêmico tanto no país de origem (antes da saída) quanto no de acolhimento;
- b) Apresentar as relações de cooperação acadêmica entre Angola e Brasil;
- c) Verificar as condições de adaptação e interação (ou integração) social dos estudantes angolanos no ambiente universitário, na Unilab;
- d) Conhecer as expectativas de retorno ao país de origem quanto a inserção no mercado de trabalho;

3. JUSTIFICATIVA

Educação em Angola: dificuldades e desafios

A educação é um elemento fundamental para o desenvolvimento de uma sociedade e principalmente de cada indivíduo. Daí que a busca de conhecimento se torna essencial para quem quer melhorar seu desempenho, e expandir os conhecimentos de forma globalizada como uma necessidade diante das transformações em que vivemos (ROSA, 2015).

Como destacaram Subuhana e Freire (2015), a educação tem sido um importante elemento impulsionador da migração e principal fator que leva aos deslocamentos estudantis de jovens, sobretudo na busca pelo ensino superior.

No caso de Angola, o deslocamento estudantil se dá não só em função das expectativas em relação à partida para o “exterior”, da viabilidade das escolhas profissionais que podem contribuir para o acesso a uma melhor posição social, principalmente para aqueles que perspectivam o regresso ao país de origem, mas também por pressupostos ligados às dificuldades de ser um estudante universitário em Angola. Tais dificuldades ainda estão, de certa forma, vinculadas ao processo histórico que vem com o advento da independência.

No período da tomada de independência nacional, em 11 de novembro de 1975, Angola apresenta uma taxa de analfabetismo acima dos 80%. Nesta época o sistema de ensino se mostrava totalmente debilitado em função da influência colonial que implementou um sistema segregacionista, não permitindo acesso para camada baixa da hierarquia social, o que explica a condição socioeducativa da população, cujo os efeitos

ainda se encontram arraigados na estrutura socioeconômica e na condição de vida no País.

Antes da independência, ainda no período colonial, apenas alguns assimilados que gozavam de uma posição de maior prestígio social no país é que tinham acesso à educação. Como destacado por Mourão (2016, p.160), eles eram vistos como “elites herdeiras”, jovens que viriam a emergir como grandes líderes e como “elites intelectuais dos movimentos de libertação”, posteriormente, sendo “os novos dirigentes de suas nações independentes”.

Segundo apontou Liberato (2016), o novo governo, pós-independência, mostrou-se bem mais interessado na educação, adotando novas ideias decorrentes da nacionalização do ensino, e assumindo assim a formação como requisito essencial para o desenvolvimento do país. Angola registrou avanços consideráveis, a educação se tornou o ponto prioritário e essencial para o desenvolvimento do país, embora tenha tido como prioridade o setor de ensino primário e a alfabetização, mas buscando impactar também no ensino superior (LIBERATO, 2016, p.88).

Em 1976 iniciaram-se as campanhas de alfabetização por todo o país, em escolas, empresas, fábricas, aldeias rurais, instituições militares, dando continuidade ao trabalho que já era realizado nos acampamentos militares, quando da luta pela independência (LIBERATO, 2014, p.1018).

No período pós-independência, ainda propriamente em 1976, a universidade de Luanda se consagra como universidade de Angola, sendo assim, a única instituição de ensino superior no país, que posteriormente em 1985, passaria a ser denominada universidade Agostinho Neto (UAN), em homenagem ao primeiro presidente da República e também primeiro reitor da instituição. O governo estabelece uma nova meta e mantém a educação como uma política prioritária para o país, buscando ultrapassar as debilitações do período colonial.

Entretanto, até o advento da guerra civil, a universidade Agostinho Neto ainda se debate com certas dificuldades no decorrer de suas atividades, em consequência da iminente saída dos professores portugueses e de outras questões ligadas ao próprio estado prematuro que se configurava a universidade. Em função disso, o governo também cria uma política de formação superior no exterior. Liberato ressaltou ainda que “até 1991 o Estado angolano em relação ao ensino superior alternou entre a formação dentro do país e o envio de bolsheiros para o exterior” (LIBERATO, 2016, p. 89)

Mas com início da guerra ocorre um novo retrocesso, pois o governo se reergue com muitas dificuldades agravadas pela guerra, que resultou numa outra desestruturação, como sublinhou Liberato (2014), com “o conseqüente mau desempenho da economia, que conduziram a uma cada vez maior dependência do exterior”. Dessa forma, os investimentos foram diminuindo à medida que se prendia mais em investimentos em defesa militar, e os investimentos na educação que antes foram considerados revolucionários, segundo a autora, “encontraram muitas limitações na sua aplicação prática”. O número de alunos inscritos nas escolas foi aumentando, mas, em contrapartida, “esse aumento não foi acompanhado pelo igual aumento do número de professores nem pela criação de infraestruturas” (LIBERATO, 2014, p.1020).

Com a intensificação da guerra civil² (1992-2002) muitas infraestruturas escolares foram destruídas, automaticamente, acarretando em um abandono por parte dos professores, evasão escolar e enfraquecimento do orçamento geral do Estado que não soube fazer frente àquela situação. Isso direcionou a uma degradação acelerada, tanto nas infraestruturas, como também em outros locais como bibliotecas, refeitórios e outras instalações. Quanto mais a economia do país piorava, mais as dificuldades aumentavam, e essa situação levou a sociedade a questionar sobre a qualidade do ensino, principalmente devido à inexperiência de muitos professores que ainda lecionavam. Durante esse período, quanto mais crescia o número de crianças fora do sistema escolar, a taxa de escolarização se mostrava totalmente baixa, aumentando o número de analfabetos no país.

Para Liberato (2014, p.1022) “a entrada do novo milênio trouxe novas políticas para o setor da educação em Angola”. Inicia-se uma nova visão de desenvolvimento com o fim da guerra civil e o alcance da paz nacional, acarretando em uma profunda revisão das políticas e métodos que poderiam trazer melhorias no setor, que, de certa forma, levaram a uma nova estrutura no sistema educacional que culminou com a aprovação da Nova Lei de Bases de Educação, lei n. 13/2001, que pretendia estabelecer uma reforma significativa em todo sistema educativo.

Outro documento criado para reformar o sistema educacional em Angola foi a “Estratégia integrada para a melhoria do sistema de educação”, que propôs uma

²A Guerra Civil Angolana foi um conflito armado, que teve início em 1975 e continuou, com alguns intervalos, até 2002. A guerra começou imediatamente após a independência de Angola do domínio de Portugal, em novembro de 1975. Ver: <https://colegiomoz.blogspot.com/2017/12/a-guerra-civil-angolana-1975-2002.html>, consultado em: 07/10/2018.

melhoria na qualidade de ensino, na formação superior e automaticamente no aumento de vagas, além de dar aberturas à “criação de incentivos à investigação, bem como a intensificação da cooperação técnica e científica” (Liberato, 2014, p.1025).

Mas, apesar disso, os esforços referentes à formação e qualificação dos recursos humanos não foram necessariamente suficientes, uma vez que ainda se constata uma precariedade tanto na situação social do país, quanto na situação acadêmica, não existindo políticas de educação que possam atingir os objetivos outrora previstos.

Segundo argumentou Simões (2014), nos últimos anos, e sobretudo a partir de 2002, a educação superior em Angola tem se deparado com diversos desafios, uma vez que a estrutura de ensino atual não consegue dar respostas ao desenvolvimento do país. Pois, com a ausência de políticas que possam regular a situação do ensino superior, surgem debilitações totalmente visíveis no contexto social e acadêmico. O que se vê hoje em dia, e que ainda vem debilitando a própria estrutura deste nível de ensino, é o aumento de alunos e a falta de suporte por parte das escolas e universidades.

Dada a falta de financiamento para ter acesso ao ensino superior privado, muitos dos estudantes acabam por optar em conseguir uma vaga nas universidades públicas, principalmente com a recente crise econômica³ que assola o país, que fez o valor das mensalidades aumentar, e as mesmas mensalidades não têm sido acessíveis a todos. O que faz com que muitas das vezes o ensino público superior seja a primeira e talvez a única opção, em função do fraco poder aquisitivo da grande maioria dos angolanos. Contudo, dificilmente as vagas ofertadas são suficientes, só neste ano, por exemplo, a maior Universidade Agostinho Neto (UAN), maior universidade pública de Angola e referência do ensino superior angolano, disponibilizou apenas 4.960 vagas para 40.000 mil estudantes candidatos à vaga⁴.

É por essa falta de vagas suficientes que muitos estudantes não conseguem entrar no ensino superior angolano, e cada vez mais esse número vai aumentando.

³ Angola vive uma crise económica e financeira desde finais de 2014, com a baixa do preço do barril do petróleo no mercado internacional. Ver: <https://noticias.sapo.ao/actualidade/artigos/angola-ainda-vive-os-efeitos-da-crise-economica-minimizadas-gracas-a-tomada-de-medidas-pertinentes> Consultado em: 16/10/2018.

⁴ As instituições de ensino superior em Angola vão disponibilizar 134.418 vagas para o ano académico de 2018, que arranca em março, a maior parte ainda nas universidades privadas, de acordo com dados do Governo [...] Para o ano académico 2018, a Universidade Agostinho Neto (UAN), a maior do país, instalada na província de Luanda, tem apenas disponíveis 4.960 vagas para cerca de 40.000 candidaturas recebidas. A crise económica que assola Angola também tem feito com que, nos últimos anos, se registre um aumento nas propinas (mensalidades) universitárias. Ver: <https://observador.pt/2018/01/23/vagas-nas-universidades-angolanas-aumentam-para-quase-135-mil-em-2018/> Consultado em: 16/10/2018 em 2018.

Outros estudantes já matriculados não conseguem concluir a licenciatura no tempo determinado, há precariedade na formação de professores angolanos e déficit de professores qualificados para lecionar neste nível de ensino, evasão de professores estrangeiros que se acentua em razão do salário pouco atrativo, além de professores angolanos pessimamente remunerados. No que se refere às instalações e infraestruturas, de modo geral, também são insuficientes e precárias, bem como a falta de material didático, escassos laboratórios e bibliotecas, que de certa forma trazem questionamentos sobre a qualidade do ensino para acesso ao mercado de trabalho.

Essas problemáticas do ensino superior no país e a carência de investimento na educação, como analisou Liberato (2014), irão refletir sobre a debilidade na qualidade do ensino em Angola, e a medida em que o estudante vai seguindo com sua formação, mais as dificuldades aumentam.

Motivações da saída e os estranhamentos na chegada

Uma das alternativas às precárias condições acadêmicas no país é a formação no exterior. Os estudantes motivados pela ideia de encontrar melhores condições na formação acadêmica e na melhoria de vida, como pelo fato de poderem conhecer outros países, buscam os convênios e intercâmbios estudantis, em geral, viabilizados pela cooperação internacional.

A pressão de ter uma formação superior no exterior aumenta à medida em que se constata uma maior exigência quanto ao nível de qualificação e habilidades para o mercado de trabalho angolano. Particularmente, em Angola a procura deste nível de ensino aumenta consideravelmente na intenção de obter um bom emprego e um papel de destaque no retorno ao país, na possibilidade de conseguir ascender socialmente, ocupando cargos de importância em vários setores. Como destacou Mourão (2016, p,156), os estudantes são “impulsionados por um *ethos* nacional que afirma a importância da educação superior para a ascensão social e construção da nação”, com o desafio de terem que regressar e contribuir com o desenvolvimento da nação.

Nesse sentido, Liberato (2012) também ressaltou que as políticas educacionais que impulsionam o processo de mobilidade estudantil através das cooperações entre diversos países têm sido um grande estímulo para muitos estudantes angolanos. A partida para o exterior, para dar continuidade à formação, representa para eles uma oportunidade, não só pela falta de vagas e suporte por parte das escolas e universidades, déficit de professores qualificados, instalações e infraestruturas precárias, mas também

pela valorização social do diploma obtido no exterior. Pois, as empresas que operam no mercado angolano duvidam da eficiência do ensino superior ministrado no país, fazendo com que a formação no exterior seja ainda mais valorizada (LIBERATO, 2012).

Entretanto, além da perspectiva de qualificação dos recursos humanos, que está na base da cooperação, e de outras motivações já apontadas, ainda existem outras questões que fazem parte do imaginário dos estudantes, ligadas ao senso comum, que levam muitos jovens angolanos a partirem para o exterior em busca de qualificação superior. O que vem de fora é bastante valorizado por toda a sociedade, de um modo geral, afirmando a ideia que “o que é bom é o que está fora”.

Outro ponto que se deve levar em conta é a curiosidade de ter uma experiência nova em outro país, a partir do espelhamento em outros estudantes (amigos, familiares, tios, primos, vizinhos) que já foram. A ideia de trilhar os mesmos caminhos de outros estudantes, conhecer novas realidades e novos horizontes, em busca de acesso a um consumo global, procurando entender-se como cidadão do mundo, além de obter autonomia e liberdade, longe da proteção e controle dos pais, também são motivações para a saída.

Todavia, como observou Mourão (2016, p.168), aprender a “se virar sozinho” fora do país não é tarefa fácil, levando a maioria dos jovens estudantes a enfrentar muitas dificuldades no novo contexto social de destino, algo não tão consciente para eles, como a saudade de casa, da família e dos amigos; a solidão, a insegurança e o estranhamento aos novos códigos culturais de interação; os conflitos identitários e a discriminação racial, entre outras dificuldades e incertezas que farão parte, principalmente, do primeiro momento de chegada e adaptação.

A maioria dos angolanos recém-chegados na universidade, ainda se surpreendem com o novo contexto cultural, fazendo com que não consigam criar novas relações sociais na universidade e se distanciam, dada as diferenças existentes entre os referenciais culturais de cada grupo. A interação com outros estudantes de outras nacionalidades (sobretudo brasileiros) por vezes é marcada por receios, timidez e construção de estereótipos de ambas as partes. Contudo, quanto mais o tempo passa, mais eles vão se adaptando, consoante as experiências que vão sendo compartilhadas e da absorção dos aprendizados tidos no ambiente acadêmico e social, desde “novos saberes, hábitos e costumes do país de destino”.

Como destacou Barth (2005) determinados grupos ou agentes sociais podem estar estruturados com suas fronteiras culturais definidas, em função do que se constrói

na realidade social que se encontram, fazendo com que os mesmos se sintam distintos dos outros. Pois, claramente, grupos e agentes sociais podem ser categoricamente distintos. Mas a partir do momento em que se vive num contexto totalmente comunicativo, “onde as pessoas vêm e vão”, e interagem com um certo grau de “pluralismo cultural”, como observado por Barth (2005), certamente que tanto o olhar sobre a realidade anterior, quanto sobre a nova realidade cultural se modificam, produzindo novos processos criativos e diversificados de conhecimento. Pois ao partilhar dos traços culturais no novo contexto sociocultural, o indivíduo passa a olhar de forma diferente para as duas realidades vividas: a anterior e a nova (que num primeiro momento lhe parecia estranha).

Nesse sentido, no caso dos estudantes angolanos na Unilab, no Ceará, por se tratar de um encontro entre culturas distintas em um novo lugar, onde se absorve, aprende, reage e se partilha referenciais culturais diferentes, ocorrerá uma reestruturação de valores prévios e o “cultivo” de outros. Os sentimentos de estranhamento (e/ou os conflitos e tensões étnico-raciais e identitárias), construídos a partir do contato com uma nova cultura e de uma percepção das diferenças, vão se modificando e sendo reavaliados ao longo do tempo por meio das trocas de conhecimento e da partilha de referenciais culturais de ambas as culturas, inicialmente incorporados pelos estudantes como forma de estratégia de inserção social ao novo contexto (MOURÃO, 2016a, p. 173).

Entretanto, é importante observar, como afirmou Barth (2005), que: “A cultura está sempre em fluxo e em mudança, mas também sempre sujeita a formas de controle” (BARTH, 2005, p. 19). Pois, parafraseando o autor, os principais processos criativos e expansivos de conhecimento e diversificação cultural também têm limitações em produzir variações contínuas quando são confrontados com processos de controle, silenciamento e apagamento das experiências (BARTH, 2005, p. 22).

Especificamente no Brasil, o preconceito tem se colocado em evidência para muitos desses estudantes. Embora o número de negros e pardos suplante o número de brancos no Brasil, essas práticas ainda consistem com efeito também na discriminação com base em apreensões sociais que muitas das vezes estão baseadas em diferenças biológicas e culturais que irão definir as raças humanas em superiores e inferiores. Que segundo Munanga (2017) é a partir dessas concepções “fictícias ou raças sociais” construídas a partir de ideais “fenotípicos como a cor da pele e outros critérios” que se formam e se reproduzem todas as ações de racismo popular (MUNANGA, 2017, p. 4).

Desse modo, o autor acrescenta que:

O racismo é uma crença na existência das raças naturalmente hierarquizadas pela relação intrínseca entre o físico e o moral, o físico e o intelecto, o físico e o cultural. O racista cria a raça no sentido sociológico, ou seja, a raça no imaginário do racista não é exclusivamente um grupo definido pelos traços físicos. A raça na cabeça dele é um grupo social com traços culturais, lingüísticos, religiosos, etc. (MUNANGA, 2017, p. 6).

Em consequência dessa realidade, muitos dos estudantes angolanos da Unilab se debatem com o inesperado. Suas experiências de racismo estão muita das vezes ligadas às situações onde se comportam comentários e ações preconceituosas não só pelo simples fato de serem negros e africanos, mas também por terem traços culturais diferentes, e essa realidade é oposta da que se imaginava antes de sair do país de origem. Moraes & Silva (2011 apud Mourão, 2016) realçam sobre as situações de discriminação vivenciadas pelos estudantes africanos ao serem atendidos em lojas, supermercados e restaurantes em Brasília e em São Paulo, destacando que é somente a partir do momento em que se identificam como estrangeiros que os preconceitos sobre eles diminuem, uma vez que passam a ser vistos como turistas (MOURÃO, 2016a, p.173).

Portanto, para analisar o processo de transição e de adaptação acadêmica dos estudantes angolanos no ambiente de ensino superior brasileiro será importante observar esses diversos fatores que irão mediar as relações sociais no cotidiano dos estudantes e sua inserção na Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB), também podendo afetar de diferentes formas o aprendizado na universidade e seu olhar sobre os diferentes contextos de seu país de origem.

Formação superior no Brasil: a Unilab e os acordos de cooperação estudantis

Muitos são os destinos possíveis dos jovens angolanos em busca da formação superior no exterior. O Brasil, embora nem sempre seja a primeira opção dos estudantes, passou a ocupar um lugar importante como país de acolhimento dos jovens de Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa (PALOP) em busca da formação acadêmica. Isso ocorreu pelo contínuo desenvolvimento das políticas de cooperação do Brasil com a África, estimuladas de forma intensa a partir do Governo Lula, que ampliou

consideravelmente o acesso às vagas e também às bolsas de estudo, sobretudo após a criação da Unilab (MOURÃO, 2016b).

A maioria dos estudantes angolanos chegam às universidades brasileiras através dos Programas de Estudante-Convênio de Graduação e Pós-graduação (PEC-G e PEC-PG) do governo brasileiro, efetivado através de acordos bilaterais e regras específicas de seleção.

O programa foi criado oficialmente em 1965 pelo decreto nº7.948, quando começou a se firmar as relações e especificamente os programas de cooperação acadêmica internacional com os países em vias de desenvolvimento, propriamente, países africanos e latino americanos. Hoje em dia o programa também atua com países asiáticos, com a presença de Timor-Leste como o país com o maior número de estudantes, em comparação com outros países asiáticos que participam do PEC-G (BARROS & NOGUEIRA, 2015).

Os programas PEC-G e PEC-PG⁵ tem dado oportunidade a muitos jovens de países com os quais o Brasil tem acordo educacional de realizar sua formação em instituições de Ensino Superior (IES) brasileiras. Segundo BARROS & NOGUEIRA (2015, p.122) “o PEC-G traduz-se num significativo dispositivo de cooperação acadêmica internacional que o Brasil disponibiliza aos países que se enquadram nessas condições e que apresentam características de países em vias de desenvolvimento”.

Esse acordo objetiva apenas a formação e qualificação de recursos humanos por ser vocacionado para os países em “vias de desenvolvimento” que, em consequência disso, permite surgir uma compreensão sobre a inserção dos países africanos nessa conjuntura totalmente globalizada, com a migração estudantil como um projeto de política educacional e social, mas que abrange também o desenvolvimento individual e familiar (O.B.S, 2016).

Com a criação da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB), o Brasil inova sua marcação na sua política externa em relação ao continente africano, especificamente com a Comunidade de Países de Língua Portuguesa (CPLP). Representa mais um passo da expansão da política acadêmica

⁵ Os programas são administrados pelos Ministério das Relações Exteriores (MRE/Itamaraty) e da Educação (MEC), tendo auxílio da Divisão de Temas Educacionais (DCE), de Repartições consulares e missões diplomáticas instaladas nos países no qual o Brasil tem esse acordo de cooperação. Também colaboram a Secretaria de Ensino Superior (SESu) e principalmente as instituições de Ensino Superior (IES) (BARROS & NOGUEIRA, 2015, p. 122).

internacional do ensino superior, pois ela ganha mais densidade e dá abertura para uma aproximação efetiva entre o Brasil e os países dos PALOP.

O mundo lusófono tornou-se, então, região privilegiada na estratégia das relações internacionais brasileiras e, na perspectiva de ampliar o relacionamento e o conhecimento sobre o mundo de Língua Oficial Portuguesa, nasce o projeto de uma Universidade Integrada Internacionalmente (DIÓGENES & AGUIAR, 2013, p. 7).

Em função do seu projeto de lei de 2008, a UNILAB é uma universidade pública, que parte do princípio da “cooperação solidária”, objetivando a “integração dos países da comunidade de língua portuguesa” como seus membros. Seu processo de implementação foi dado por uma comissão de implementação instituída pela Secretaria de Educação Superior (SESu) e uma portaria do MEC. Além dos membros do MEC, faziam parte dessa comissão membros do Ministério das Relações Exteriores (MRE), da sociedade civil, do movimento negro, das universidades públicas, das agências internacionais e da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) (SOUZA & MALOMALO, 2016).

O Brasil tem-se esforçado, junto à comunidade internacional, em adotar compromissos para o desenvolvimento da África. Nesse sentido, a Unilab se adapta às recomendações que indicam a importância de as universidades se dedicarem à busca do desenvolvimento econômico e social e à promoção da pesquisa. Esta instituição de ensino superior, desse modo, representa um avanço na política brasileira de cooperação com a CPLP, refletindo o engajamento do Brasil com a proposta da comunidade internacional (DIÓGENES & AGUIAR, 2013, p. 12).

Inaugurada em 2010, inicia suas atividades no dia 25 de maio de 2011, segundo Gomes e Vieira (2013, p.81), com a data escolhida em razão de ser o dia em que se celebra o Dia da África, alusiva à fundação da Organização da Unidade Africana (OUA). Suas atividades acadêmicas encontram-se distribuídas em quatro câmpus: o Campus da Liberdade, que é a sede administrativa, onde se concentram as atividades de desenvolvimento pedagógico, político e institucionais, o Campus Auroras, ambos localizados em Redenção (CE); o Campus dos Palmares, em Acarape (CE); e o Campus dos Males, em São Francisco do Conde (BA).

A universidade é constituída pelos países que compõem a Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP) que além do Brasil (país sede), estão Angola, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique, Portugal, Timor Leste e São Tomé e Príncipe. Atualmente conta com um total de 6.733 estudantes (presencial e a distância). Nos

curso presenciais na graduação o total é de 4.277, brasileiros são 3.174 e estrangeiros 1.103.

Também conta com corpo docente de 277 professores (efetivos, visitantes e substitutos). Com 29 cursos distribuídos nas categorias graduação, especialização e mestrado nos seus seis institutos dos quatro câmpus da universidade: Liberdade, Auroras, Palmares e Campus dos Malês.

Todos os cursos foram ofertados com objetivos de firmar interesses recíprocos, com a finalidade de “suprir necessidades conjuntas” entre o Brasil e os países africanos de língua portuguesa, nomeadamente, Angola, Cabo Verde, Guiné-Bissau Moçambique e São Tomé e Príncipe (DIÓGENES & AGUIAR, 2013).

Hoje a universidade conta com os seguintes cursos de graduação: Bacharelado em Humanidades, Administração Pública, Letras-Língua Portuguesa, Agronomia, Enfermagem, Ciências da Natureza, Matemática, Ciências Biológicas, Física, Química, Engenharia de Energias, Engenharia de computação, Antropologia, História, Ciências Sociais, Relações internacionais, Pedagogia e Sociologia. Os cursos de especialização: Gestão Pública, Gestão Pública Municipal, Gestão em Saúde, Gestão de Recursos Hídricos, Ambientais e Energéticos e em Saúde da Família. Ainda possui 5 cursos de mestrados que são: Mestrado Acadêmico em Sociobiodiversidade e Tecnologias Sustentáveis (MASTS), Mestrado Interdisciplinar em Humanidades (MIH), o Mestrado Acadêmico em Enfermagem (MAENF), Mestrado em Antropologia e o Mestrado Profissional em Matemática em Rede Nacional.

E no que se refere a participação ativa dos estudantes no espaço universitário, todos os anos a universidade tem aberto editais com vagas para bolsas voluntárias e remuneradas, que parte das políticas que objetivam aumentar o rendimento dos estudantes e garantir a formação dos alunos com êxito. As bolsas são ofertadas por diversos programas que fazem parte da universidade, programas como Pulsar, Monitoria, Educação Tutorial, PIBID, Programa de Bolsa de Tecnologia da Informação, de Desenvolvimento Institucional (Pbdin), Iniciação Científica, Extensão e Ação Comunitária, Jovens Talentos para a Ciência – Capes/Cnpq, Programa de Acolhimento e Integração de Estudantes Estrangeiros – PAIE e o Programa Residência Pedagógica. Em todos eles a participação do estudante deve ser assídua e produtiva, pois dá-se uma remuneração no valor de 400 reais mensais.

A Unilab é uma instituição que se constrói a partir de uma realidade própria do Maciço de Baturité, ampliando a vertente da interiorização do ensino, além da perspectiva internacional com os PALOP e CPLP. De acordo com sua Lei de Criação, a Unilab tem como missão institucional específica “dar formação integrada e qualificada de recursos humanos para contribuir com a integração entre o Brasil e os demais países membros da (CPLP)”, especialmente os países africanos, bem como promover o desenvolvimento regional e o intercâmbio cultural, científico e educacional. Com esperança de dar um suporte no fortalecimento de uma rede internacional que dê atenção a soberania dos países parceiros, permitindo a realização de ações interventivas, com fins de apoio técnico, acadêmico, científico, cultural e humanitário (DIÓGENES & AGUIAR, 2013).

Segundo as (diretrizes) da Unilab, a proposta da cooperação internacional da universidade é a da “interculturalidade”, fundamentando suas ações com o “intercâmbio acadêmico e solidário” com os países parceiros, em áreas preferencialmente estratégicas e de interesse para todos os países, com o propósito de aproximar estudantes e professores nacionais e estrangeiros para que se desenvolva, com a produção de conhecimento, novas formas e novos olhares para políticas públicas de superação das desigualdades (DIÓGENES & AGUIAR, 2013).

Desse modo, de acordo com Barros & Nogueira (2015, p. 127) a interiorização do ensino superior, com investimento em ciência e tecnologia e foco na integração cultural, científico e educacional, objetiva mais acesso, inclusão social, desenvolvimento regional e, conseqüentemente, desenvolvimento nacional.

Em função da composição internacional que a universidade tem e principalmente pela base da diáspora africana de estudantes, a universidade se constrói a partir de uma dimensão totalmente simbólica, onde a diversidade cultural e o modo como ela desenvolve novos sentidos, às relações que se dão entre os estudantes, e deles com a cidade, são as que mais se acentuam. Como destacaram Diógenes & Aguiar (2013) que desde a criação e inauguração da universidade que a diversidade cultural tem sido uma das suas principais marcas, diante disso, a maioria dos projetos relacionados com a arte e cultura estão de forma expressiva no ambiente acadêmico da universidade.

Daí que o olhar sobre o processo de deslocamento parte também da necessidade de entender o que antecede tudo isso. A maioria dos estudantes angolanos que chegam na universidade são jovens com idade entre 18 e 25 anos, vindos com objetivos de conseguir uma formação superior, porém, por virem de países em vias de

desenvolvimento, esse processo abarca uma certa historicidade, onde as condições econômicas, sociais e acadêmicas são condicionantes. Tudo isso está vinculado à necessidade e a extrema importância do *status*, que, para muitos, é essencial para o ingresso no mercado de trabalho. Importa destacar esses pressupostos, pois também fazem parte da realidade social da universidade enquanto mediador desse projeto de cooperação.

Dessa forma, o processo de adaptação se constitui como um papel preponderante para o sucesso acadêmico do estudante, tendo em conta a nova realidade que os mesmos encaram, as novas formas de socializar dentro e fora da universidade e até mesmo de se adaptar ao novo modelo de ensino. E embora a universidade tenha atuado nessa questão com o objetivo de amenizar o impacto dessas mudanças, com a organização do Seminário de Ambientação Acadêmica (Samba) - onde durante três dias, criam uma série de atividades com apresentações artísticas, palestras, oficinas, círculos de conversa, apoio psicossocial, orientação profissional, além da apresentação dos programas, serviços e de toda a estrutura da universidade -, a adaptação dos estudantes tem se dado a partir do momento em que eles começam a criar suas redes de relações com estudantes e professores africanos (de diversos países), timorenses e brasileiros, e que se constroem também novas percepções e significados na experiência cotidiana da universidade.

Portanto, concordo com Mourão (2016) e Gusmão (2011) quando afirmam que existem muitos condicionantes para a permanência dos jovens estudantes que devem ser observados e que vão influenciar o desenvolvimento de seus projetos de vida e acadêmicos através de fatores objetivos, subjetivos, materiais e afetivos. Esses indivíduos tendem a enfrentar, com maiores ou menores dificuldades, o processo de adaptação no ambiente de ensino, no novo contexto social e cultural, com o constante desafio de se manter e viver distante dos seus familiares e de seu país, mesmo estando com outros estudantes de sua nacionalidade.

Nesse sentido, é que a presente pesquisa objetiva compreender o processo de transição e adaptação dos estudantes angolanos, desde o processo seletivo, a relação e o impacto da formação superior na Unilab para os estudantes angolanos, bem como sobre a dificuldade de estudar em Angola, seu contexto social e o motivo pelo qual muitos estudantes buscam o Brasil para realizar seus estudos. Os objetivos propostos neste trabalho visam descrever e analisar ainda, consoante a adaptação, às mudanças que

sucedem no ambiente acadêmico, tendo em conta a proliferação ou diversidade cultural existente na universidade.

Como angolano e estudante da Unilab, a perspectiva sobre o país de destino já vem sendo imensa a partir da abertura do processo seletivo⁶. Que por conta do desleixo e a falta de investimento na educação, a busca pela formação de qualidade já é um pouco acirrada. Para muitos ter ensino de qualidade ainda é difícil, “os poucos adolescentes da elite existentes em Angola abandonam a rede pública porque o nível deixa muito a desejar” (ROSA, 2015, p.15).

Como já referi acima, a falta de condições financeiras leva muitos estudantes angolanos a buscar o ensino público, mesmo sendo precário, e o único fato que os motiva a largar esta rede de ensino são as bolsas de estudos ou mesmo os acordos de cooperação, pois constata-se que muitos dos estudantes angolanos presentes na Unilab, vêm de escolas públicas. Portanto, a Unilab surge como uma grande oportunidade para esses estudantes, pois além de dar uma melhor formação e gratuita, também os possibilita ter acesso a um espaço de referência acadêmica e de grande interação cultural.

Desse modo, esta pesquisa se assume relevante para mim enquanto estudante angolano e futuro pesquisador, como para os meus colegas, estudantes angolanos da Unilab, e também para universidade. Se configura importante para mim enquanto estudante angolano na universidade, pois através da pesquisa poderei me elucidar e tornar mais aprofundado meu conhecimento sobre o contexto sócio-histórico-cultural de Angola e sobre toda minha experiência no Brasil, e, principalmente na Unilab, podendo assim buscar também melhorar minha percepção acadêmico-profissional sobre o tema proposto, sob a forma de trazer ou sugerir melhorias para universidade.

Do mesmo jeito é importante para os estudantes angolanos que ainda têm o Brasil como o principal foco para busca de um ensino de qualidade e conseqüentemente melhores oportunidades de trabalho. É relevante para a Unilab, pois permite com os resultados da pesquisa pensar não só sobre o cenário sociocultural dos estudantes dentro

⁶ Segundo o que está descrito no site da UNILAB: “A Unilab realiza processos seletivos diferentes para estudantes brasileiros e estrangeiros, os candidatos estrangeiros são submetidos a uma avaliação do histórico escolar do Ensino Médio (Secundário) e prova de redação, realizadas nos próprios países de origem. Os interessados devem se inscrever nas Missões Diplomáticas brasileiras dos países parceiros (Angola, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique, São Tomé e Príncipe e Timor Leste)”. O calendário de seleção é divulgado através de editais. Ver: <http://www.unilab.edu.br/processo-seletivo/> Consultado em: 09/10/2018.

da universidade, como também a transição social e acadêmica dos mesmos, a partir do modo como eles vão se conectando e se adaptando às práticas culturais peculiares do novo ambiente acadêmico, em contraste com as do seu país de origem.

Ao mesmo tempo, a pesquisa releva a universidade, uma vez que poderá agregar os efeitos da pesquisa em questão como fonte para o seu acervo e que posteriormente possa dar e trazer bases para trabalhos futuros. Portanto, em função disso, a pesquisa se mantém oportuna, sendo que o modo como perspectivamos a internacionalização do conhecimento e compreensões construídas por uma universidade tornam a mesma uma referência, que automaticamente alavanca para novas formas de se prover mudanças, fazendo do conhecimento o pilar da construção de uma nova sociedade.

4. REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

O ensino superior no Brasil passou por um processo de redemocratização e através de reformas com efeitos nos setores político, econômico e social a partir de 1985.

Como ressalta Izar (2016):

A pauta da política nacional ainda era a mesma dos anos de chumbo-a ciência e a tecnologia como alavanca do desenvolvimento do país [...] já a partir da década de 1990, a inovação, foi colocada como princípio orientador das políticas educacionais brasileira, OLIVEIRA (2015 apud, IZAR, 2016).

Foram essas reformas que começaram a dar impulsos a aparição no cenário internacional da ênfase no ensino superior que se deu de forma alavancadora, em função de várias pesquisas de organismos internacionais que foram orientando os possíveis caminhos para um olhar no âmbito mundial. Dando foco na produção de novos ideais relevantes, que também procedem com ideais humanistas, composto por percepções enraizadas numa educação cooperativa (IZAR, 2016).

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação aprovada em 1996 veio dar ênfase no que tange a composição e estrutura do ensino superior, definindo as universidades como instituições pluridisciplinares de formação de quadros profissionais de nível superior de pesquisa e extensão. Conceituando os espaços como áreas que se caracterizam pelo primor do ensino oferecido, afirmando a qualidade na docência e da estrutura acadêmica oferecida. Esse fato, compactuado e estimulado no governo de Lula (2003-2010), criou

um olhar sobre o ensino, propondo um certo tipo de ruptura ao trazer novos programas de acesso ao ensino superior, mirando suas ações nas classes mais baixas da sociedade. Em função disso, a pauta do governo de Lula, direcionou a ampliação do sistema de ensino e principalmente da democratização do acesso, no qual influenciaram grandes avanços no que toca a inclusão das classes baixas da população (IZAR, 2016).

E com a expansão e ampliação do ensino superior público, foi se ganhando força, consoante os programas de expansão das instituições federais de educação superior e de programas de apoio a planos de reestruturação das universidades, objetivando não só a ampliação da educação, como também minimizar as desigualdades sociais (ético-raciais, com as cotas e outras ações afirmativas) e regionais, além de capacitar recursos humanos para o “desenvolvimento científico e tecnológico” (IZAR, 2016, p.88).

Foi necessário acompanhar o processo de internacionalização através da constituição de 1988⁷, que começou por garantir progressivamente todos os direitos fundamentais, norteando o ensino brasileiro com uma estratégia sócio inclusiva pelas IES (FRANKLIN, ZUIN, EMMENDOERFER, 2017). Os autores ainda ressaltam que “apesar dessa nova ênfase induzida pela CF/88 e pelas tentativas das agências internacionais focadas no social, outros órgãos internacionais insistiram na perspectiva econômica, influenciando o sistema brasileiro” (FRANKLIN, ZUIN, EMMENDOERFER, 2017, p. 137).

Mas a perspectiva de “mobilidade dos alunos e professores” decorreu em resultado do “Acordo Geral sobre o Comércio de Serviços” indicado e dirigido pela organização Mundial do Comércio (OMC), assinado por vários países. A partir daí que se começou a internacionalizar o ensino no Brasil, e em função do acordo, destacaram-se grandes impactos além da mobilidade (FRANKLIN, ZUIN, EMMENDOERFER, 2017).

E além da lógica de desenvolvimento emergente que o Brasil teve nos últimos anos e o fortalecimento das relações com os países africanos, em particular Angola, a importância do Brasil como destino para imigração africana, deve-se também pela crescente e rápida perda que a Europa vem tendo nos últimos tempos (R.W, 2011).

⁷ A Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, ou Constituição de 1988, é a atual Carta Magna do Brasil. Ela é a sétima constituição do país e a sexta de sua república, bem como a última a consolidar a transição de um regime autoritário (de Ditadura Militar entre 1964-85) para um democrático (Nova República, 1985-atual). Ver: <https://www.infoescola.com/direito/constituicao-de-1988/>
Consultado em: 15/10/2018.

Segundo Maciel (2017) para os estudantes internacionais, em função da qualidade de ensino, o Brasil significa a melhor forma de incremento do capital cultural através da formação em universidades federais.

Para muitos jovens angolanos que vêm estudar por conta própria, as razões da saída para estudar no exterior estão ligadas às dificuldades que existem em Angola, à corrupção e ao alto custo de vida que também inviabiliza fazerem universidade particular no país, até mesmo, compensando mais financeiramente cursar universidade particular no Brasil, do que em Angola, mesmo que sejam os tios ou primos a ajudarem a se manter. Outros que são acolhidos por programas de intercâmbio também se debatem com a mesma ideia, pois também encaram as mesmas dificuldades de se manter aqui no Brasil, embora consigam ter mais oportunidades do que aqueles que chegam por conta própria. Entretanto, no final, todos migram em função da busca por uma formação avançada e de qualidade (USP, 2013).

Como destacou GUSMÃO (2011):

Os fluxos migratórios estão sempre vinculados a situações que suscitam “do lado de cá e o lado de lá do Atlântico. [...] o que os move de um lado a outro do planeta resulta da busca por algo que ainda não é possível obter em seus lugares de origem em razão dos processos recentes de construção das novas nações africanas, até pouco tempo assoladas por guerras e lutas. O que buscam todos é o acesso à educação” (GUSMÃO, 2011, p. 193).

Por isso muitos atendem ao processo de mobilidade estudantil, pois ainda que seja visto (pelos estudantes e famílias) como um investimento alto em termos financeiros, é a formação escolar e acadêmica que ainda leva à concretização de estratégias de mobilidade. E sendo a mobilidade, uma prática moderna, dá uma certa disponibilidade ou possibilidades de escolha para cada indivíduo ou família, e que em função dessas escolhas, poder definir estratégias de vida. Como destacou Liberato (2016) a individualidade tende a reforçar a elaboração do projeto de vida, em função do trajeto e dos sonhos e desejos dos estudantes e suas famílias. E mesmo a mobilidade estudantil não sendo um fenômeno do agora, ela pode ser considerada uma reestruturação da contemporaneidade em função do processo de globalização e principalmente das novas estratégias da internacionalização do ensino superior (FARIA, 2009, CASTRO & NETO, 2012).

A internacionalização acadêmica, por sua vez, segundo Marginson e Rhoades (apud MOROSINI, 2006, p. 116), é entendida como sendo a “globalização do ensino

superior”, em função do desenvolvimento dos sistemas educacionais dentro das universidades e pelas relações intercambiais que as mesmas têm tido nos últimos tempos. Em função disso, as políticas de internacionalização do ensino superior fazem surgir parcerias ou acordos de cooperação internacional entre governos e outras instituições (ROSA, 2015).

Barros & Nogueira (2015, p. 118) também destacaram que “desde o governo Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2010) a cooperação educacional internacional vem ganhando destaque”. A partir desse período o Brasil adotou estratégias para dimensionar sua inserção no processo de mobilidade acadêmica com os Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa (PALOP), através de acordos de cooperação, que especificamente com Angola, existem muitas narrativas que apresentam as estritas relações entre os dois países que estão inerentes às inúmeras ligações histórico-culturais, como a língua portuguesa em comum e que se consolidam com a aproximação bilateral no marco da cooperação sul-sul. (O.B.S, 2016). De acordo com Souza & Malomano (2016) “O princípio que rege essa nova política externa brasileira é a solidariedade. Por isso, ela é conhecida como cooperação solidária ou diplomacia solidária”.

Além das relações bilaterais, ainda existe outro contexto onde se efetuam grande parte dos acordos entre os dois países, sendo por intermédio da CPLP - Comunidade dos Países de Língua Portuguesa, criada em 1996 e constituída por Angola, Brasil, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Guiné Equatorial, Moçambique, Portugal, São Tomé e Príncipe e Timor-Leste. Neste cenário há uma melhor conversação e um maior aprofundamento das relações entre Angola e Brasil, desenvolvendo projetos de cooperação técnica, como é o caso do “Programa de Formação Técnica em Informação em Saúde” (O.B.S, 2016, p. 5).

Somam-se ainda outros elementos da lusofonia que atuam na construção das relações bilaterais, que são projetos de cooperação acadêmica no ensino superior, que trouxeram hoje um novo olhar à diáspora angolana, pois atualmente existem inúmeros estudantes angolanos residentes no Brasil (O.B.S, 2016, p. 5).

Do ponto de vista da interação e partilha de referenciais culturais, o conceito de cultura, definido por Barth (2005), torna-se relevante para a discussão teórica, pois traz elementos fundamentais para pensar a construção das diferenças, os conflitos identitários e étnico-raciais, e também as trocas culturais e a partilha de conhecimentos que ocorre a partir das relações sociais estabelecidas em um outro contexto geográfico e

cultural, com a construção de relações de amizade e afetivas entre os estudantes angolanos e brasileiros da Unilab.

A diversidade cultural que a Unilab comporta, compreende muito sobre as relações étnico-raciais construídas também dentro da universidade. Normalmente, o momento de chegada é pautado por muitos estranhamentos, tanto da parte dos estudantes angolanos quanto dos estudantes brasileiros, muitas das vezes por não conhecerem sobre os hábitos, costumes e outras práticas de cada grupo acabam sempre por se isolar ou socializarem apenas entre si. Mesmo sabendo do projeto de integração da universidade, muitas vezes não se percebe total interação logo de início entre os estudantes angolanos e brasileiros. Percebe-se que em função do desconhecimento da cultura de um e do outro fica difícil interagir ou entendendo que é por conta das diferenças culturais existentes.

Tais diferenças são entendidas a partir das diferentes compreensões construídas através das experiências e práticas apreendidas por cada grupo. Para os estudantes angolanos a percepção dessas diferenças entre angolanos e brasileiros são entendidas logo de início, nos primeiros dias, depois da chegada. Percebe-se diferenças tanto no modo de falar, no sotaque e nas expressões linguísticas, como também nas práticas sociais, como no modo de vestir, se portar em sala de aula, na relação com os professores etc.

Porém, Barth (2005) ressalta que o sentimento de pertencimento ou a condição de pertencer a um grupo étnico, embora se baseie num conjunto de práticas culturais partilhadas coletivamente, não define o grupo com base numa cultura comum e permanente. A formação de grupos étnicos é baseada em função da construção das diferenças culturais que não existem a priori e também não são fixas, isto é, para Barth (2005, p. 15) “a cultura está em um contínuo fluxo estruturado e expresso nas interações sociais entre os agentes, o que gera processos de transformação e variação cultural dentro de todos os grupos sociais”.

Assim, segundo o autor, temos que repensar a cultura, como “a base a partir da qual emergem os grupos étnicos” (BARTH, 2005, p. 16). Não somos diferentes por termos características incomuns para outros grupos, mas sim por termos práticas culturais que vão se diferenciando dos outros, no modo de interagir e fazer as coisas num determinado contexto. Não obstante, essas práticas de certa forma vão se modificando criativamente, com a incorporação de novos referenciais culturais, novos hábitos e costumes, tendo em conta a experiência da formação do novo contexto atual,

que de alguma forma será interpretado em uma outra perspectiva, reconstruindo a cultura por meio de uma indução gerada pelas experiências vivenciadas constantemente (Barth, 2005).

Em função do contexto social, cultural e acadêmico que a Unilab tem, dificilmente alguém consegue se isolar das práticas que envolvem a universidade. Quando começa o processo de ambientação dos estudantes eles percebem que o contexto da universidade é totalmente diferente, daí que conhecer outras culturas é crucial para viver a proposta que a universidade apresenta, sob forma de compreender mais sobre o outro país, ou melhor, a outra cultura. Desse jeito, começa o processo de interação e/ou integração, que parte primeiramente na sala de aula, no restaurante universitário, biblioteca e no intercâmpo, e que vai se estendendo nos eventos criados dentro e fora da universidade. É a partir desses espaços que vão se dando as novos hábitos, costumes, comportamentos e novas perspectivas. Por esse motivo, Barth (2005) destaca que “não devemos pensar os materiais culturais como tradições fixas no tempo que são transmitidas do passado, mas sim como algo que está basicamente em um estado de fluxo”.

Portanto, entende-se que a cultura em termos globais apresenta uma “variação contínua”, seu estado de produção e reprodução nunca é permanente, podendo existir vários olhares ou perspectivas em um só contexto. Ao mesmo tempo, essas experiências também são passadas ou distribuídas pelas pessoas, “ao terem experiências semelhantes e se engajarem mutuamente em reflexões, instruções e interações” (BARTH, 2005, p. 17). O que permite pensar sobre essas diversas características culturais dentro da Unilab e como se estabelecem as interações entre os estudantes de diferentes nacionalidades dentro e fora da universidade.

5 . METODOLOGIA

Tendo em conta a minha experiência como angolano e estudante da Unilab, pretendo construir esta pesquisa a partir do método descritivo do trabalho de campo, delimitando meu olhar enquanto pesquisador e atuando subjetivamente dentro da pesquisa, onde procurarei desenvolver uma relação com as dinâmicas construídas pelos estudantes angolanos dentro seu país de origem (suas trajetórias antes de saírem), no processo de mobilidade e na universidade, observando as diferentes estruturas ou contextos geográficos, sociais e culturais do país de destino, que de certa forma irão

impactar na vida social e acadêmica dos mesmos. Como ressaltou Goldenberg (2004), para buscar compreender os sentimentos e motivações dos sujeitos é necessário que a ação ocorra em função de um conjunto de significados.

No que se refere a abordagem empregue na pesquisa, faz-se por opção adotar a pesquisa qualitativa em Ciências Sociais, pois ela, enquanto prática de pesquisa, se mostra inteiramente peculiar, que em função da observação e meu contato com os pesquisados, poderão levantar-se questões valorativas, que permitirão descrever detalhadamente o contexto e o processo a ser estudado, buscando compreender suas especificações e as conexões dentro dessas especificidades, a partir da correlação do tema com as pessoas envolvidas “podendo descobrir [...] o que as pessoas estão fazendo e que significados que elas dão aos objetos, eventos e pessoas nas suas vidas e experiências” (BECKER, 2014, p. 189).

Com intuito de compreender a sociabilidade e as percepções dos estudantes angolanos sobre o processo de mobilidade, do momento de chegada, das primeiras impressões com o novo contexto social, também sobre o ambiente acadêmico de seu país de origem, em comparação com o de destino.

A pesquisa será conduzida por meio de uma observação e interação com os estudantes, com intuito de poder ir a fundo nas dinâmicas e cotidianos dos sujeitos a serem observados e entrevistados, buscando inspiração nas teorias antropológicas do autor Cardoso de Oliveira (1996) sobre o Olhar, Ouvir e Escrever.

Assim, a construção do trabalho será iniciada a partir do Olhar, com a observação e as primeiras percepções sobre o campo, que para o autor, é resumido pelo conhecimento conceitual absorvido pelo pesquisador durante sua formação e sua primeira experiência em campo.

Com base na minha experiência enquanto estudante pretendo trazer o que Mills (1959), chama de “teórica do olhar”, me baseando em fundamentações empíricas com embasamento científico para poder construir a pesquisa com coerência. Uma característica que Mills (1959) destaca como sendo aquela que a partir do momento em que o pesquisador se predispõe a investigar de forma empírica, já que existe uma prévia alteração sobre a compreensão do objeto a ser investigado desde o momento em que o visualizamos. Pois visualizamos sob as lentes tanto do que somos, nossa própria visão de mundo, como das teorias que estudamos, como analisado por Cardoso de Oliveira (1996) ao tratar do “olhar disciplinado”.

Para que o trabalho ganhe corpo, será necessário agregar o “ouvir” ao “olhar”. “Tanto o Ouvir quanto o Olhar não podem ser tomados como faculdades totalmente independentes no exercício da investigação”, um complementa o outro. (OLIVEIRA, 1996, p. 18). O autor acrescenta que é importante distinguir a entrevista do diálogo, pois a entrevista conotaria uma certa barreira entre quem pesquisa e quem está sendo pesquisado, não criando propriamente uma interação efetiva como no caso do diálogo. Com a prática do ouvir numa perspectiva do diálogo há uma transformação do pesquisado como um interlocutor, estabelecendo uma troca maior entre pesquisador e pesquisados (com menos assimetrias), fazendo o pesquisador assumir um papel mais delicado com o contexto a ser observado.

O “escrever” é como uma etapa final do trabalho, é o momento onde ocorre uma análise dos dados que foram coletados no decorrer do diálogo com os pesquisados. Para Oliveira (1996), “é seguramente no ato de Escrever, portanto na configuração final do produto desse trabalho, que a questão do conhecimento se torna tanto ou mais crítica”, podendo entender, segundo o autor, essa última etapa como um “ato exercitado por excelência”, ao singularizar o momento quando comparamos tudo o que se escreveu e se coletou no campo, quer seja as anotações ou rabiscos feitos nas cadernetas (OLIVEIRA, 1996, p. 22).

Utilizo então a etnografia como ferramenta, por sua dimensão do ponto de vista de atuação dentro de um determinado contexto social e que pode ser compreendida, segundo Fetterman (1989 apud GODOY, 1995) como “a arte ou ciência de descrever uma cultura ou um grupo”.

Como ressaltou Geertz (1989 apud MATTOS, 2011):

Praticar etnografia não é somente estabelecer relações, selecionar informantes, transcrever textos, levantar genealogias, mapear campos, manter um diário “o que define é o tipo de esforço intelectual que ela representa: um risco elaborado para uma “descrição densa” (MATTOS, 2011, p. 54).

Assim, a preocupação da etnografia recai sobre a descrição mais completa de um grupo de pessoas, e suas perspectivas do que fazem, o ponto de vista dos sujeitos sobre suas próprias práticas, isto é, a preocupação de buscar compreender o que eles pensam sobre o que eles fazem. A etnografia em si, ainda é uma técnica conduzida inteiramente pelo senso questionador do pesquisador. Mattos (2011) realça que a utilização da técnica ou do procedimento etnográfico, não segue necessariamente um parâmetro pré-

determinado, a pesquisa se desenvolve em função do senso do pesquisador dentro do trabalho de campo.

O autor acrescenta que a mesma tem como função procurar estudar com relevância “as percepções e comportamentos em sua rotina diária dos sujeitos estudados”, além de “fatos” e eventos construídos em uma determinada realidade social interativa entre os sujeitos ou grupos (MATTOS, 2011, p. 50, 51). Daí que os instrumentos de coleta e análise dados neste método de pesquisa se articulam para atender e compreender o contexto real do trabalho de campo.

Portanto, a opção pela etnografia é relevante para a pesquisa por abranger diversas formas de descrever determinadas situações “que ocorrem na vida de um grupo e ainda ter atenção para as estruturas sociais”, em função dos comportamentos e modos de vida dos sujeitos, para poder melhor interpretar os significados dessas mesmas situações vivenciadas pelo grupo (GODOY, 1995, p. 28).

A pesquisa de campo contemplará, portanto, tanto a observação do cotidiano dos estudantes na universidade, como a realização de entrevistas para poder conhecer tanto as percepções e ouvir as opiniões dos estudantes através de diálogo, apreender seus relatos sobre a partida, chegada e as expectativas de retorno, bem como os sentimentos e os significados que eles dão à suas ações diante de uma nova interação com um outro grupo e sobre a nova realidade social, geográfica e cultural.

Os entrevistados serão escolhidos em função de uma ordem de chegada e do tempo de permanência para melhor sistematizar as informações a serem coletadas e seguindo uma linha de tempo na construção do trabalho. As entrevistas serão inteiramente dialógicas, em função da minha interação com os entrevistados, buscando ter uma experiência mais participativa, direta e intensa com a realidade a ser estudada, com intuito de compreender melhor todos os costumes e outros ideais que encaminham a sociabilidade dos sujeitos em questão.

O meu trabalho de campo vai se dar através de um certo contato intenso e prolongado com os pesquisados, buscando a partir desse contato, compreender melhor a dinâmica dos estudantes. Portanto, a minha presença será constante nos ambientes em que os mesmos participam, especificamente na Unilab (uma vez que também sou estudante da universidade), coletando os dados através de um bloco de nota (que será o meu caderno de campo) e/ou gravador, no caso da realização das entrevistas. E por fim, a pesquisa será estruturada e integrada num estudo que aspira ser monográfico, com base nas análises que serão feitas a partir dos dados de pesquisas.

6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BARTH, Fredrik. Etnicidade E O Conceito De Cultura; Tradução: Paulo Gabriel Hilu Da Rocha Pinto. Revista Antropolítica, Niterói, N. 19, P.15-30, 2. Sem. 2005.

BARROS, Deolindo de Barros, NOGUEIRA, Silvia Garcia. Cooperação Educacional Internacional Brasil/África: do Programa Estudantes-Convênio De Graduação (Pec-G) à Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (Unilab). Revista de Estudos Internacionais (Rei), Issn 2236-4811, Vol. 6 (2), 2015.

CARVALHO, Paulo de. Evolução e crescimento do ensino superior em Angola. Revista Angolana de Sociologia, Angola, DOI: 10.4000/ras.422, 2013. Disponível em: <https://journals.openedition.org/ras/422> Acessado em 25 julho 2018.

CASTRO, Alda Araújo; NETO, Antônio Cabral. O ensino superior: A mobilidade estudantil como estratégia de internacionalização na América Latina. Revista Lusófona de Educação, 21, p. 69-96, 2012.

COELHO, Maria Beserra; SILVA. Anso da. SER AFRICANO E NEGRO NO BRASIL: estudantes africanos na UFMA. VII Jornada Internacional Políticas Públicas, 2015.

DIOGENES, Camila Gomes; AGUIAR, Reginaldo. UNILAB: Caminhos e Desafios Acadêmicos da Cooperação Sul-Sul / Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira. Redenção: UNILAB, 2013. p. 120. Escrever. Revista De Antropologia , São Paulo, Usp, 1996 , V. 39 N° 1.

FARIA, Margarida Lima de. Cooperação no âmbito do ensino superior: ser estudante angolano em universidades portuguesas. Pro-Posições, Campinas, v. 20, n. 1 (58), p. 45-63, jan./abr. 2009.

GODOY, Arilda Schmidt. Pesquisa Qualitativa Tipos Fundamentais. Revista De Administração De Empresas, São Paulo, V. 35, N.3, P, 20-29, Mai./Jun. 1995.

GOLDENBERG, Mirian. A arte de pesquisar; como fazer pesquisa em ciências sociais. 8.ed. Rio de Janeiro, São Paulo: Editora Record, 2004.

GOMES, Nilma Lino; VIEIRA, Sofia Lerche. Construindo uma ponte Brasil-África: a Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Luso-Afrobrasileira (UNILAB). Revista Lusófona de Educação, 24, 81-95.

GUSMÃO, Neusa Maria Mendes de. “Na Terra Do Outro”: Presença e Invisibilidade de Estudantes Africanos no Brasil, Hoje. Dimensões, Vol. 26, P. 191-204. Issn: 2179-8869, 2011.

LIBERATO, Ermelinda. A Formação de Quadros Angolanos no Exterior: Estudantes angolanos em Portugal e no Brasil. Cadernos de Estudos Africanos (2012) 23, 109-130.

_____. A importância da cooperação internacional na formação superior de angolanos. *Revista Horizontes*, USF, v. 35, n. 1, p. 121-132, 2017. disponível em: <http://dx.doi.org/10.24933/horizontes.v35i1.347>

_____. A Importância da Formação Superior no Processo de Desenvolvimento em Angola. *Revista Sinais*, Vitória-Brasil, ISSN: 1981-3988, 2016.

_____. Avanços e retrocessos da educação em Angola. *Revista Brasileira de Educação*, v. 19 n. 59 out.-dez. 2014.

MACIEL, Wellington. USOS DE UMA CIDADE DA LIBERDADE: estudantes africanos em Redenção. *Caderno CRH*, Salvador, v. 30, n. 79, p. 189-201, Jan./Abr. 2017. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S0103-49792017000100012> . Acessado em: 3 de outubro de 2018.

MATTOS, CLG. A abordagem etnográfica na investigação científica. In MATTOS, CLG., and CASTRO, PA., orgs. *Etnografia e educação: conceitos e usos*. EDUEPB, Campina Grande, ISBN 978-85-7879-190-2, pp. 49-83, 2011.

MILLS, C. Wrigth. *A imaginação sociológica*, tradução de Walternsir Dutra.. 2. ed. Rio de Janeiro: Zahar Editores.

MOROSINI, Marília Costa. Estado do conhecimento sobre internacionalização da educação superior – Conceitos e Práticas. *Educar*, Editora UFPR, Curitiba, n. 28, p. 107-124, 2006.

MOURÃO, Daniele Ellery. Estudantes cabo-verdianos no Brasil: tensões raciais e “reafricanização”. *O público e o privado - Nº 23 - Janeiro/Junho – 2014*.

_____. Estudantes Cabo-verdianos do Ensino Superior no Brasil e em Portugal: Projeto de vida e elaboração de identidades. *Revista ANTHROPOLÓGICAS*, Ano 20, 27(1):155-186, 2016.

MUNANGA, Kabengele. Uma abordagem conceitual das noções de raça, racismo, identidade e etnia. *Inclusão Social; um debate necessário?*, 2017, UFMG. Disponível em: <https://www.ufmg.br/inclusaosocial/?p=59>

OLIVEIRA, Roberto Cardoso de. *O Trabalho do Antropólogo: Olhar, Ouvir, Perspectivas Do Território Número 4. Observatório Brasil e o Sul (O.B.S)*. 2016. Disponível em: <Http://Www.Obs.Org.Br/Comercio-e-Investimento/852-Angola-e-Brasil-Operacionalizando-o-Conceito-de-Cooperacao-Sul-Sul> Acessado em: 19 de Setembro De 2018.

ROSA, Daniela Aguiar da. *Integração Dos Estudantes Angolanos No Sistema De Educação Brasileira: O Caso Da Universidade De Extremo Sul Catarinense, Universidade Do Extremo Sul Catarinense (UNESC), Criciúma*, 2015.

SILVA, Kelly; MORAIS, Sara Santos. Tendências e tensões de sociabilidade de estudantes dos Palop em duas universidades brasileiras. *Pro-Posições*, Campinas, v. 23, n. 1 (67), p. 163-182, jan./abr. 2012.

SIMÕES, Cristovão. *Ensino Superior Em Angola: Desafios E Oportunidades*. Disponível em: <Http://Www.Aforges.Org/Wp-Content/Uploads/2017/03/Cristovao->

Simoes Univ-Jose-Eduardo-Dos-Santos -Angola.Pdf Acessado em: 25 De Julho De 2018.

SOUZA, Rosa Osmaria; MALOMALO, Bas’Ilele. Afro-Brasileira e os desafios da integração perante o racismo contra os/as estudantes africanos/as no Ceará. Interfaces Brasil/Canadá, Canoas, v. 16, n. 1, p. 256–293, 2016.

VINZENTINI, Fagundes. De FHC a Lula: Uma década de política externa (1995-2005). Civitas – Revista de Ciências Sociais, v. 5. n. 2, jul.-dez. 2005.

7. CRONOGRAMA

CRONOGRAMA											
ETAPAS	Semestre - TCC1					Semestre - TCC2					
	Mês 1	Mês 2	Mês 3	Mês 4	Mês 5	Mês 6	Mês 7	Mês 8	Mês 9		
Pesquisa bibliográfica	X	X									
Leituras e Fichamentos		X	X	X							
Entrevistas				X	X						
Transcrição das entrevistas					X	X					
Análise dos dados da pesquisa					X	X					
Escrita do TCC – Elaboração do Artigo						X	X	X			
Submeter Artigo para revistas especializadas									X		
Defesa TCC – Apresentação do Artigo para banca examinadora									X		
Seminário de TCC - Apresentação do Artigo									X		